

Aumentos de preços? Sarney não falou nisso.

É o que diz o porta-voz do Planalto. E o próprio presidente reafirmou: não haverá recessão.

“Quem disse isso foi o Sauer. O presidente limitou-se a ouvir e, já que querem saber, não concorda com o empresário.” Com esta afirmação, o porta-voz do Planalto, Fernando César Mesquita, desmentiu que o presidente Sarney tenha dito ao presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, que aprovaria reajuste de preços setoriais. Ele também negou que o governo esteja preparando um novo pacote econômico. Contudo, no programa “Conversa ao Pé do Rádio” de ontem, Sarney admitiu que, neste momento, o governo tem que tomar decisões que levariam a caminhos opostos: crescimento ou recessão. Mas ele não adotará “medidas recessivas”.

Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, o governo poderá adotar alguns ajustamentos ao Plano Cruzado. Estes ajustamentos, contudo, irão sendo adotados ao longo do tempo, na medida em que forem sendo necessários, mas não através de um novo pacote.

Além de não concordar com a adoção, neste momento, de reajustes de preços para siderurgia, energia elétrica e indústria automobilística, o presidente Sarney mantém-se firme na sua posição de não optar pelo congelamento de preços.

Fernando César disse que há muitos assessores do governo falando besteira, e que isso tem contribuído para criar uma verdadeira histeria junto à população.

Para ele, o que existe, de fato, na área de aumento de preços é um gigantesco lobby de alguns empresários, agindo com muito estardalhaço nos jornais. Por força desses lobbies, muitos editoriais na imprensa estão pedindo o fim do congelamento de preços, mas o presidente não vai recuar.

Acrescentou que o problema do abastecimento está sendo resolvido pelo governo, e que não há falta de produtos essenciais. Há fartura de feijão, de arroz, de pão e não há mais falta de leite. Há problemas apenas

com a oferta de alguns produtos sofisticados, disse ele.

Interesses contrariados

Na “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney disse que o Plano Cruzado feriu muitos interesses, e apelou para a população para que ajude o governo a combater os especuladores. O presidente disse que a crise do abastecimento está menor e que, através do Plano de Metas, o governo pretende resolver os problemas dos setores siderúrgico, de energia, de educação, saúde e transportes.

— Neste momento, o governo tem que tomar decisões. E vai tomar decisões. Duas alternativas podem ser visualizadas e, aqui, pensadas com o povo: voltar atrás, para as medidas recessivas para diminuir a demanda, ou continuar no seu caminho e aumentar a produção? A essa pergunta e a esse dilema, eu não respondo, porque o povo brasileiro sabe qual é o meu caminho; ele sabe qual será nossa conduta. Não vamos tomar medidas recessivas. O aumento do mercado interno foi uma grande conquista. O que nós temos é de aumentar a produção. O empresário, agora, pode produzir mais e mais, porque já existe o grande mercado interno.

Ao referir-se aos novos empreendimentos do governo, Sarney disse que “já estão saindo dos estudos os projetos da grande estrada de ferro de Acaalândia, na região de Carajás, até Anápolis, em Goiás. E de Anápolis, já ligada ao porto de Tubarão, no Espírito Santo. Será a grande ferrovia que integrará o Brasil Central, colocando sua produção, a preços competitivos, nos mercados mundiais. Será a linha de encontro entre os dois maiores portos do Brasil: Itaquí, lá no Norte, no Maranhão, e Tubarão, no Espírito Santo. O Brasil, assim, ficará ligado de Norte a Sul por uma grande ferrovia. Estamos trabalhando em outro importante projeto: a estrada de ferro Paranaguá a Dourados. Uma estrada para escoar a produção em termos competitivos”.

Ao mencionar a questão agrícola, Sarney reafirmou a previsão de uma produção de 60 milhões de toneladas de grãos para a safra deste ano. Assinalou, em seguida, haver enviado ao Congresso três projetos de lei destinados a resolver o problema “quase insolúvel” dos débitos dos Estados, Municípios, fundações, sindicatos e sociedades sem fins lucrativos, para com a Previdência Social.

Divergências

Uma redução substancial nos gastos públicos e uma aceleração do processo de privatização das estatais para obtenção de recursos a curto prazo não representam, para os economistas do Ministério do Planejamento e o próprio ministro João Sayad, uma solução para o reajuste do Plano Cruzado, conforme sugeriu o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, professor Luiz Gonzaga Belluzzo.

Na visão da Seplan, as empresas estatais já fizeram um esforço considerável para limitar seus gastos, e o fato de elas exibirem este ano um déficit quase igual a zero em relação ao PIB (o déficit programado é de Cz\$ 934 milhões, sem representatividade no produto) mostra que se evoluiu na direção de reduzir despesas, especialmente se for feita uma comparação com os resultados dos anos anteriores.

A Seplan reafirma que o programa de privatização não pode ser conduzido a toque de caixa por várias razões, das quais duas se destacam: primeira, são operações complexas, que exigem lentas e difíceis negociações, especialmente se o propósito não é transferir as empresas para o setor privado de graça; segundo, não são muitos os grupos nacionais interessados na aquisição das empresas estatais, tanto em decorrência de uma deficiência de sua estrutura de capitalização, como pelo fato de que muitos empresários estão voltados agora para investir em suas próprias empresas.